

DOI: [https://doi.org/ 10.22456/1982-8136.82690](https://doi.org/10.22456/1982-8136.82690)

AÇÃO CATÓLICA E MODERNIDADE RELIGIOSA: UM DEBATE SOBRE A AUTONOMIA DO LEIGO

*César Portantiolo Maia¹**Lilian Maria Pinto Sales²*

Resumo: A partir da experiência brasileira do movimento de Ação Católica- AC, este artigo se propõe a questionar o espaço ocupado pelo leigo no interior da Igreja Católica. Demonstramos o quanto esse movimento da Igreja concedeu aos seus membros um espaço diferenciado e, ao mesmo tempo, recheado de conflitos e contradições. Nos propomos a questionar o quanto esta expressão religiosa representou a existência de um novo espaço para o indivíduo no interior da instituição e até que ponto este processo pode ser visto como uma resposta institucional à modernidade religiosa. Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica e a análise documental de materiais escritos produzidos pela própria AC em sua expressão brasileira.

Palavras chave: Igreja Católica; Modernidade; Ação Católica; Leigo.

Abstract: Based on the Brazilian experience of the Catholic Action movement, this paper seeks to question the space occupied by the laity in the Catholic Church. We show how this Church movement has conceded to its members a differentiated room and filled, at the same time, with conflicts and contradictions. We propose to question how this religious expression has represented the existence of a new space for someone inside the institution, and to how extent this process may be seen as an institutional answer to the religious modernity. Literary review and document analysis of analyze materials buy Catholic Action in its Brazilian form are the methodologies employed.

Keywords: Catholic Church; Modernity; Catholic Action; Laity.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade da Beira Interior. Beneficiário da BID Santander Totta. Contato: cesarppmm@hotmail.com

² Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta de Antropologia na Universidade Federal de São Paulo. Contato: lilian.sales@unifesp.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos como a Ação Católica - AC³ articulou a partir dos processos por ela vivenciados a formação dos membros da Igreja com características de indivíduo moderno. Dada à relevância que teve e a influência que estabeleceu sobre determinados grupos da Igreja Católica, este movimento será analisado de maneira pormenorizada, buscando-se observar como a categoria de autonomia do indivíduo foi utilizada por este movimento.

Para a produção deste artigo, além da bibliografia reconhecida sobre a AC, foram analisados cinco boletins informativos produzidos entre junho de 1960 e junho de 1962 pelo Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Esta publicação nacional expressava informações e temas genéricos como a divulgação de ações empreendidas, história, elementos pedagógicos e doutrinários que faziam parte da AC. Além disso, esse material primário relata as vivências (pequenos grupos, método “ver-julgar-agir”, ação voltada para a sociedade) e experiências dos membros e grupos de Ação Católica Brasileira.

Um dos temas frequentes nos boletins era o lugar ocupado pelo leigo na Instituição Católica. Autores como Sofiati (2012), Rufino (2002) e Martins (2000), já apontaram que um novo papel para os leigos na Igreja Católica começa a se desenhar a partir dos movimentos de Ação Católica. É no âmbito das discussões sobre o lugar do leigo na instituição Católica e sobre a questão da autonomia individual que se insere esta pesquisa.

O artigo está dividido em duas etapas. A primeira consiste nos quatro primeiros tópicos e se constitui na revisão bibliográfica a respeito da modernidade religiosa e da Ação Católica. Na segunda parte, que consiste nos três últimos tópicos, fazemos a análise dos referidos boletins da AC, identificando e articulando com a teoria os elementos pertinentes sobre o tema em análise.

³ A Ação Católica foi um movimento da Igreja Católica de abrangência internacional, cujo princípio era aprimorar o trabalho de evangelização realizado pela Igreja. Esta definição será aprofundada no próximo tópico com as suas principais características.

NOTAS SOBRE A MODERNIDADE RELIGIOSA

Com o advento da modernidade⁴ ocorreram rupturas e alterações em padrões estabelecidos de comportamento nas relações sociais, bem como, na atuação e nas estruturas de instituições sociais. Modelos passaram a ser questionados e estilos de vivência foram redesenhados.

Variadas teorias que versam sobre a religião na modernidade vêm sendo desenvolvidas já há algumas décadas. No caso do Brasil, estudos de inspiração weberiana⁵, como os desenvolvidos por Candido Procópio Ferreira de Camargo, ocuparam lugar de destaque na bibliografia nacional. Analisando o processo de modernização da sociedade brasileira, este autor produziu estudos nas décadas de 1960 e 1970, período em que o país passava por significativas mudanças, como o processo de urbanização.

Para explicar o considerável aumento de crenças religiosas no Brasil deste período, Candido Procópio Ferreira de Camargo lança mão do conceito de “internalização” (Pierucci; Prandi, 1996). Sua principal característica estaria relacionada à conscientização, à capacidade do indivíduo de pensar sobre sua escolha, ou não, de uma religião. A partir desta concepção, a adesão religiosa está relacionada a escolha racionalizada, tendo consciência o novo crente da escolha que está fazendo, sem ser levado a tal pelo poder de influência da tradição.

Assim, na perspectiva de Camargo (Pierucci; Prandi, 1996), a modernidade traz consigo, além do declínio do poder da religião de influenciar nas diferentes esferas da vida social, um ganho de racionalidade por parte

⁴ Danièle Hervieu-Léger (2008) destaca três traços como definidores da modernidade: 1) primazia da racionalidade, caracterizada por uma “adaptação coerente dos meios aos fins que se perseguem”; 2) rompimento com o mundo da tradição, caracterizado pela prerrogativa do indivíduo de determinar a sua própria vida, a partir da determinação dos valores e processos que o orientam; 3) separação entre os diferentes domínios da vida social: política, ciência, arte, moral, religião. No entanto, a autora ressalta que a autonomia dos domínios é relativa, tendo em vista interferências que os levam a interagir entre si.

⁵ Relacionada à produção do sociólogo alemão Max Weber.

do indivíduo. Nesse sentido, a escolha e a participação religiosa seria uma atitude racionalizada de quem a faz.

Estudos como o de Camargo apontam para uma relação entre religião e modernidade na qual o indivíduo ganha em racionalidade e em autonomia. Análises mais recentes também apontam para esse caminho, como as de Danièle Hervieu-Léger, que demonstram o quanto o indivíduo ganha autonomia perante a instituição religiosa na chamada “modernidade religiosa” (Hervieu-Léger, 2008).

Hervieu-Léger identifica como característica principal da modernidade religiosa “o enfraquecimento do controle institucional” sobre as ações dos indivíduos. Para melhor compreensão dessas articulações, a autora irá propor a caracterização de dois modelos que expõem o perfil de quem participa dos movimentos religiosos no mundo contemporâneo: o peregrino e o convertido. O primeiro está relacionado ao processo de trânsito e mobilidade religiosa, já o segundo refere-se aos vastos processos de conversões para religiões novas ou tradicionais, que se observa contemporaneamente.

Para a autora, a autonomia do indivíduo é uma característica do processo de modernização das sociedades, e que se estende para a chamada “modernidade religiosa”. Além da diminuição do controle institucional sobre os indivíduos, a modernidade religiosa é também caracterizada pela liberdade individual, inclusive de consciência, que faz com que os indivíduos sejam livres para exercer as suas escolhas em termos de religião, em aceitar ou não um conjunto de dogmas, crenças e práticas estabelecido por uma instituição religiosa⁶. Na concepção da autora, a autonomia do indivíduo e a liberdade de escolha aparecem conjuntamente na modernidade religiosa.

Assim, Hervieu-Léger e Camargo aproximam-se em um aspecto deste complexo emaranhado de processos: a autonomia que o indivíduo adquire frente à tradição e à religião na sociedade moderna.

⁶ Neste processo, inclusive, os indivíduos são livres para escolher quais elementos e crenças irão seguir e acreditar. Realizam o que a autora chama de um bricolage, adotando apenas os elementos que os interessam do sistema estabelecido pelas denominações religiosas.

Nas sociedades modernas, a crença e a participação religiosas são ‘assunto de opção pessoal’: são assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja (Hervieu-Léger, 2008, p. 34).

Dessa forma, tanto os perfis contemporâneos do religioso, expressos por Hervieu-Léger nas figuras do peregrino e do convertido, quanto os processos de ganho de racionalidade, destacados por Camargo, estão amparados em um dos principais elementos da modernidade: a individualização. Os processos destacados pelos autores acontecem a partir de um indivíduo que conquistou, pelo menos em termos, a sua independência das tradições, dos modelos e dos padrões impostos pelas instituições religiosas.

Luiz Fernando Dias Duarte (2006) também discute as relações entre a ideologia moderna, o individualismo e a religião. Segundo o autor, no Brasil existe uma “cosmologia moderna”, formada por um ethos privado laico e generalizado e que incluiria diversos aspectos da ideologia individualista, que conforma a ordem liberal moderna e se difunde pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Além disso, os valores associados a essa ideologia individualista moderna seriam incorporados, de diferentes maneiras, nas doutrinas cristãs contemporâneas, especialmente em seus corolários comportamentais privados⁷ (Duarte, 2006).

Na concepção de Dias Duarte, uma das linhas de força da “cosmologia moderna” é o subjetivismo, que se caracteriza pela preeminência da escolha pessoal do sujeito e de uma presumida liberdade individual prevalecente no campo da experiência religiosa na atualidade. (Duarte, 2006). O subjetivismo estaria relacionado, pois, à liberdade do indivíduo em escolher os

⁷ Destacamos que os aspectos da ideologia individualista, no caso desse artigo, aparecem associados aos posicionamentos dos leigos da Ação Católica em questões públicas, como a política, a escola, o trabalho, a participação em movimentos sociais, entre outras. E não relacionadas ao “ethos privado”, conforme anunciado pelo autor, cujas obras se relacionam a questões de família, reprodução e família. De toda forma, a hipótese do autor nos é produtiva nesse artigo.

elementos aos quais irá aderir entre a totalidade do conteúdo pregado pela religião. A preeminência, em geral, é da vontade pessoal sobre a religião.

Nesse aspecto, os estudos de Dias Duarte e Hervieu-Léger possuem proximidades no que se refere à liberdade de escolha do indivíduo em termos de religião. Entretanto, os estudos de Dias Duarte acrescentam a constatação de que determinadas dimensões da ideologia individualista estariam incorporadas nas doutrinas cristãs. Essa colocação é interessante para nosso artigo, pois, como veremos, a autonomia relativa do leigo é algo incentivado em alguns momentos pela Igreja Católica, como no caso do movimento Ação Católica, objeto desse artigo.

A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A ATUAÇÃO DO LEIGO

Instituída pelo Papa Pio XI como movimento internacional e lançada no Brasil na década de 1930, a Ação Católica atuava na perspectiva da inserção do leigo nos trabalhos religiosos, prática que não era comum até aquele momento.

Isso não significa que o leigo não tenha buscado, ou ocupado posição de destaque em outros momentos da história da Igreja, pois como aponta Cecília Loreto Mariz em artigo sobre a diversidade do catolicismo:

As heresias, movimentos quiliásticos da Idade Média e a própria Reforma Protestante representam ora conflitos entre grupos distintos dentro da Igreja, ora lutas por maior autonomia dos leigos em relação à hierarquia católica (Mariz, 2011, p. 47).

No entanto, diferente dos movimentos citados acima, um aspecto que marca de maneira mais significativa a AC é o fato da presença e atuação do leigo ter sido institucionalmente incitada. Embora tenham ocorrido tensões, como veremos a seguir, é notória a ação intencional por parte de setores da hierarquia católica do período para que os leigos assumissem funções na

Instituição. Tal característica deu à Ação Católica o perfil de um movimento mais centrado no leigo⁸, com aval e o estímulo da instituição.

De acordo com Flávio Sofiati (2012) a Ação Católica foi um dos primeiros movimentos a ter como foco a ação dos leigos. Um dos seus principais objetivos era tornar esta ação uma extensão da ação do clero, transformando leigos em verdadeiros apóstolos transmissores da mensagem da Igreja, braço estendido da hierarquia e parte do corpo eclesial. Nesse aspecto, na Ação Católica o leigo passa a ocupar um novo papel na instituição, devendo tornar-se um agente motivador do processo de evangelização, deixando a postura de exclusivo receptor.

Tal circunstância se refletiu na organização dos leigos, pois em seu livro *O caminho se faz: história da Pastoral da Juventude do Brasil*, Pe. Hilário Dick afirma que a Igreja Católica no Brasil não teve juventude organizada antes da Ação Católica. Segundo ele, havia apenas alguns grupos coordenados por adultos, pelas congregações religiosas, nos quais os jovens eram convidados a participar (Dick, 1999). Ele destaca ainda que na primeira fase da Ação Católica, a partir de 1932, uma “causa que o Papa Pio XI abraçou com mãos e pés foi a formação e a participação organizada dos leigos e leigas católicos no apostolado hierárquico” (Dick, 1999), ou seja, sua participação em processos de evangelização anteriormente exclusivos ao clero.

Percebe-se a partir das concepções dos autores acima que a AC foi de significativa importância para a ampliação da participação dos leigos na Igreja Católica. Embora, como destacaremos nos tópicos a seguir, verifique-se um debate sobre o grau de autonomia atingido pelos indivíduos neste processo, um ponto de consonância das diferentes interpretações é que o leigo assume funções na instituição, passa a desempenhar um papel, nem que seja o de mero transmissor de uma mensagem institucional pensada pelo clero.

⁸ O termo “leigo” compreende todos os membros da Igreja que não fazem parte do “clero”, ou seja, não desenvolvem nela funções especiais, configurando-se como receptores dos conteúdos transmitidos pelos sacerdotes. São os destinatários da revelação proferida por aqueles que receberam os sacramentos das ordens sagradas.

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA: ASPECTOS CONTEXTUAIS

A Ação Católica foi estabelecida oficialmente no Brasil em 1935, com a aprovação de seus estatutos gerais pela cúria romana, autorizando oficialmente a estruturação do movimento no Brasil. Teve como principal mentor o então cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (Martins, 2000)⁹.

No cenário internacional, conforme indicam alguns autores, o seu surgimento está relacionado à perda de espaço da Igreja Católica na sociedade moderna. De acordo com Agenor Brighenti (2012) e Suely Aparecida Martins (2000), o momento vivenciado pelo catolicismo era de perda de espaço na sociedade e na política, o que fez com que a Igreja buscasse ações que a reinserissem na dinâmica da sociedade moderna do século XX.

A preocupação da instituição em construir um “apostolado amplo”, onde o leigo pudesse sentir-se responsável pelo processo de evangelização, inserindo-se neste contexto (Rufino, 2002). Entretanto, a participação do leigo, neste primeiro momento, deveria acontecer sob a supervisão estrita da hierarquia institucional.

A Ação Católica, portanto, seria a forma concreta de Pio XI responder a construção desse apostolado amplo. Este movimento operaria fora dos limites do clero, mas deveria ter sempre presente a natureza de sua posição particular na cena do esforço evangelizador que é de auxiliar e assistente na missão da hierarquia eclesial (Rufino, 2002, p. 68).

Dessa forma, embora houvesse o interesse da Igreja de contar com o “braço” do leigo para o trabalho de evangelização, existia também significativa preocupação da hierarquia em não perder o controle sobre este processo. Para que isso acontecesse, era importante que os leigos tivessem sempre

⁹ Porém, desde a década de 1920 já vinham ocorrendo articulações do movimento em solo brasileiro, o livro de D. Sebastião Leme, intitulado *Ação Católica*, por exemplo, foi lançado em 1923.

consciência da estrutura mais ampla a qual estavam vinculados, que tinha por função formar os agentes e coordenar o trabalho.

Agenor Brighenti (2012) destaca que a principal proposta do movimento instituído pelo Papa Pio XI, era “recristianizar” o mundo, tendo no leigo o papel de representante da hierarquia onde está não conseguia fazer-se presente. A visão era de que os padres e bispos, por serem poucos, não tinham como estar em todos os espaços, passando a contar com a ajuda dos leigos cristãos que atuariam como “suplentes” dos membros da hierarquia.

Dessa forma, o leigo passa a ser concebido como agente, ganhando importância no processo de evangelização, mas ainda não possuindo autonomia de ação. Esta, é praticamente inexistente, estando sua função restrita a levar uma mensagem “pronta”, apenas reproduzindo e transmitindo aquilo que foi elaborado pela hierarquia católica. A subordinação à hierarquia e a reprodução dos dogmas católicos de forma ortodoxa era a perspectiva dominante para a atuação dos leigos. De qualquer forma, segundo os autores, este é um importante momento de inserção dos leigos na estrutura institucional católica como agentes, embora ainda estritamente subordinados.

Refletindo sobre as possibilidades de ação do leigo diante dos mecanismos de controle da Igreja, Marcos Rufino analisa a carta enviada ao Brasil por Pio XI, por consequência da aprovação dos novos estatutos da AC em 1946 (estes ainda seriam reformulados novamente em 1950). Em sua carta, o Papa refere-se a AC como pequenos grupos, bem preparados, sem incorrer no risco da improvisação e que deveriam ser “fermento na massa”. Esta expressão metafórica possui, na prática, um amplo significado, tornando-se para o leigo uma espécie de “titulação”, que lhe dá autoridade, mas o encobre de responsabilidades e compromissos.

O leigo que reconhece em si o “fermento na massa”, quando inserido no trabalho de propagação da mensagem cristã, entende que a hierarquia eclesástica – a ponta da lança do apostolado com o qual ele almeja colaborar – faz um investimento especial sobre ele, atribuindo-lhe responsabilidades e prerrogativas maiores na organização da grande massa de fiéis. Ele compõe o grupo mais

ativo e consciente da Ação Católica não apenas pelo carisma que possui na condução e agregação de outros fiéis em torno de seus núcleos, mas também por acumular mais rapidamente o instrumental ideológico que articula princípios teológicos católicos com elementos de um pensamento social cristão (Rufino, 2002, p. 81).

Dessa forma, revela-se aqui a operação de um processo eficiente de controle institucional que, por não ser explícito, não é facilmente identificado por parte dos membros da Igreja, mas pode dar bons resultados para o intento institucional. O leigo “fermento na massa”, “braços estendidos” da hierarquia e que permitiria o alcance desta em locais até então de “difícil acesso”, possui autoridade para falar em seu nome. Esta autoridade, por sua vez, é concedida e está a serviço de um determinado fim, ficando o depositário enredado numa relação de reciprocidade com quem lhe forneceu autoridade.

Na perspectiva de Suely Aparecida Martins, a proposta da Igreja com a AC seria mais ousada do que uma mera resposta ao processo de secularização. Para ela, a “Ação Católica representou uma das iniciativas da Igreja, sob o mandato papal de Pio XI, para a recristianização da sociedade” (Martins, 2000, p. 16). Ou seja, a principal preocupação estaria na ampliação do número de fiéis e na retomada de espaços que a Igreja havia perdido. É nesse sentido que o leigo assumiria um importante papel de auxiliar a hierarquia em sua “retomada” religiosa.

Dessa forma, percebe-se que a Ação Católica surge como uma proposta “conservadora” frente à realidade social daquele momento histórico. Configurava-se como uma resposta da Igreja em oposição às transformações vivenciadas pela sociedade, tendo por objetivo sua adaptação ao novo contexto em busca da manutenção e até mesmo extensões de sua influência sobre a sociedade. Esta reação amparava-se na atuação do leigo submetido à tutela institucional, conferindo-o quase nenhuma autonomia. Embora o leigo tenha abandonado a postura de exclusivo receptor, poderia ser caracterizado como mero “Transmissor” da mensagem institucionalmente instituída, uma ação que se dá, em essência e no primeiro momento, com muito controle e pouca autonomia.

AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA E A AUTONOMIA DO LEIGO

Neste item observaremos como, com o passar das décadas, os leigos vão ganhando autonomia no interior da Instituição Católica. Descreveremos processos que acontecem simultaneamente no interior da Ação Católica, e que, juntos, vão contribuindo para um processual ganho de autonomia dos leigos, que acontece paralelamente à diminuição do controle institucional exercido sobre eles.

A Ação Católica Brasileira (ACB) pode ser dividida em duas etapas. De acordo com Ney de Souza (2006), a primeira etapa vai de 1935 a 1950 e a segunda, de 1950 até o final da década de 1960.

A principal característica do movimento em sua primeira etapa era a preocupação com o caráter formativo do leigo, podendo ser considerada “uma verdadeira catequese especializada” (Souza, 2006, p. 49). Não se destacava a intervenção direta do leigo no trabalho de evangelização, o objetivo era a formação de uma “elite” religiosa capaz de, como explicado anteriormente, ser “fermento na massa”, dando-se grande ênfase para a formação religiosa.

Em suas origens a AC atuava a partir da separação por gênero em grupos de homens e de mulheres, sendo chamada de Ação Católica Geral (ACG). Na segunda etapa, a partir de 1950, passa a ser denominada Ação Católica Especializada (ACE) e, metodologicamente, começa a atuar em ambientes onde os jovens estavam inseridos, formando assim a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) (Sofiati, 2012).

Esta classificação é bastante genérica, pois a partir da leitura dos documentos produzidos pela Ação Católica é possível perceber que existiam outros subgrupos, de adultos ou exclusivamente com membros do sexo feminino dentro das especializações. No entanto, devido ao destaque que ganharam os movimentos mencionados, nos deteremos na classificação mais genérica.

O processo de especialização representou uma tentativa da Igreja Católica em ampliar sua presença nos diferentes espaços da sociedade. No entanto, esta presença não deveria ser meramente “anunciadora da fé” em sentido literal, interpretada como pregação da mensagem religiosa. A proposta era de que a inserção do leigo, nos diferentes meios especializados, representasse “a presença da Igreja”.

Os católicos inseridos em um movimento especializado da Ação Católica seriam responsáveis não apenas por levar os valores cristãos para o meio social em que viviam, mas também por traduzir a presença desses valores, no trabalho, na escola, no espaço familiar etc em uma experiência de sentido apostólico, cujo fim seria aproximar a tudo e a todos de uma vivência inspirada na evangelização (Rufino, 2002, p. 72).

Assim os “braços da hierarquia” (como eram considerados os leigos naquele momento) se estenderiam na sociedade de forma efetiva. Muito mais do que apenas a voz da Igreja nos diferentes meios específicos – escola, universidade, ambiente de trabalho –, a forma de agir, de pensar e todo o conjunto de valores simbólicos da Igreja também seriam representados por gestos, atos e pensamentos de seus fiéis nos diferentes espaços da vida social.

Nessa perspectiva, de acordo com João Batista Libânio, a proposta inicial da ACE, era de “insuflar” para dentro da sociedade o “espírito” do cristianismo, tornando-a mais justa. Noções de justiça religiosamente elaboradas deveriam ser infiltradas nos diferentes domínios da vida social (Libânio, 1978). Escolas, universidades e espaços de trabalho deveriam ser contagiados pelos preceitos cristãos de constituição da sociedade.

No entanto, Libânio (1978) considera que este processo de aproximação dos jovens gerou resultados que ultrapassaram as possibilidades de controle da instituição. A partir do contato entre os agentes das diferentes realidades, secular e religiosa, criou-se a circunstância ideal para a permeabilidade de experiências e ideias. O contato passou de um processo de “transmissão” da doutrina católica para uma troca entre diferentes noções e perspectivas

ideológicas: se por um lado os católicos insuflavam suas noções nos diferentes espaços em que atuavam, por outro, eram também influenciados por eles.

Nesse contexto, começam a se estruturar ações que visavam alterações mais profundas da realidade¹⁰. Os jovens passam a tomar iniciativas no seio da sociedade articulando-se com movimentos sociais. No meio urbano destacam-se as relações com organizações estudantis e de trabalhadores, como por exemplo, a aproximação da JUC com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e da JEC com movimentos de estudantes secundários.

Libânio demonstra que neste processo os jovens partiriam para ações concretas de intervenção na política estudantil, nos partidos políticos e nas organizações de classe (Libânio, 1978). Percebe-se assim que ações diretas dos jovens na sociedade começam a acontecer, com menor possibilidade de controle eclesial. O “freio” imposto através do controle institucional das ações dos membros da ACE torna-se menos eficiente com o passar dos anos, as ações realizadas fora do contexto estritamente religioso, especialmente as ações políticas, são mais difíceis de serem controladas pelos sacerdotes e/ou pela hierarquia católica, proporcionando espaço para ações de maior autonomia por parte dos leigos.

Pode-se dizer que a segunda fase da AC foi um momento de maior ação dos leigos junto a sociedade. Trata-se de algo paradoxal, pois, essa independência de ação de grupos leigos foi decorrente, em parte, da decisão da Igreja em incentivá-los a infiltrarem-se nos diferentes espaços da sociedade.

Nessa perspectiva, da mesma forma que o militante da Ação Católica influenciaria o meio no qual estava inserido, este também transformaria reciprocamente o militante com interesses que poderiam destoar das orientações que provinham da hierarquia. Restringia-se, dessa forma, a capacidade de regulação do clero sobre os leigos da Ação Católica, pois as influências que os leigos recebiam não estavam mais limitadas à catequese institucional, ampliando-se a partir das trocas estabelecidas com a sociedade.

¹⁰ Categoria nativa, utilizada para se referir ao ambiente social no qual o jovem está inserido, por exemplo, a escola, universidade, fábrica, meio rural.

As trocas estabelecidas conduziram os membros da ACE, em diferentes circunstâncias, a assumirem postura se posições ideológicas definidas e a buscarem a transformação da realidade a partir da atuação política. Estes fatos foram preponderantes para a geração de conflitos entre os jovens e a hierarquia institucional (Libânio, 1978).

Em função dos conflitos, após seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960, Luiz Roberto Benedetti (2000) considera que a ACE foi aos poucos sendo “abandonada” pela Igreja Católica até sucumbir, deixando progressivamente de ser lembrada como uma das estruturas da instituição. Segundo o autor, um dos motivos desse abandono foi o processo de radicalização vivenciado de maneira mais contundente pela JUC, ligada a União Nacional dos Estudantes. Esse grupo em especial, acirrou os seus confrontos com a estrutura institucional e com os grupos conservadores da Igreja, defendendo maior participação dos leigos na estrutura institucional, bem como a ampla intervenção dos movimentos especializados em outras esferas da vida social.

Pode-se dizer que a ampla participação social e política dos membros da ACE, desagradava alguns setores do catolicismo que queriam uma Igreja mais “missionária”, no sentido de ser propagadora da fé Católica e angariadora de novos fiéis. Para estes, a ação dos jovens deveria ocorrer sem inserção em assuntos ligados à política e problemáticas sociais que pudessem gerar contradições entre os diferentes grupos que compunham, naquele momento, o diversificado “corpo” eclesial. Ou seja, o que era considerado e valorizado pelo movimento como uma ampliação das possibilidades de ação do leigo era, ao contrário, fortemente combatido pela ala chamada mais conservadora da Igreja Católica.

Deve-se ainda destacar que a extinção da ACE ocorre no início do governo militar, momento em que os setores de contestação da Igreja passaram a ser perseguidos pelos agentes da ditadura. Culminaram assim, dois processos que favoreceram a extinção desse movimento religioso, um interno (que parte da instituição religiosa) e outro externo (que parte do Estado).

De acordo com Suely Aparecida Martins, os movimentos de Ação Católica, mais especificamente a JEC, JIC e JUC foram extintos no ano de

1966 por ordem da hierarquia católica, representada pela CNBB. A JAC resistiu até o ano de 1968, no entanto, sem apoio institucional, também se extinguiu, mingando até sucumbir totalmente. O único movimento que permaneceu, mas com expressão social menor foi a JOC.

Assim o aumento da autonomia dos membros da ACE, relacionada principalmente as suas ações em movimentos e instituições fora do âmbito e da regulação institucional da Igreja Católica, contribuiu decisivamente para a sua extinção. O processo inicialmente motivado pela instituição de busca por maior inserção política e social dos movimentos gerou conflitos no interior da instituição, a autonomia e as ações dos leigos católicos passou a incomodar determinados setores da Igreja Católica, pois, a perspectiva de forte controle sobre a ação do leigo foi sendo substituída por uma postura de maior liberdade deste, perante a estrutura institucional.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO LEIGO NA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Após contextualizar e apresentar alguns conflitos vivenciado na Ação Católica Brasileira, principalmente no que tange a construção do processo de maior autonomia por parte do leigo, iniciaremos a segunda parte deste artigo destinada à revisão documental. Nos tópicos que seguem, analisaremos a partir de documentos originais, produzidos pelo movimento de AC, como foram apresentados os métodos de trabalho, os discursos e os conflitos que culminaram na maior liberdade de ação por parte do leigo.

Entre junho de 1960 e junho de 1962 o secretariado geral da Ação Católica Brasileira produziu cinco boletins de circulação nacional, intitulados “Boletim da Ação Católica Brasileira”. Esta publicação tinha por função dar mais organicidade ao movimento, pois, como já foi mencionado, após 1950 foram instituídos os movimentos especializados de Ação Católica (a Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica).

A partir desta subdivisão, cada especialização possuía a sua estrutura de organização e seu próprio material informativo.

O secretariado geral criou estes boletins nacionais visando estabelecer um canal de diálogo em que um movimento tivesse a oportunidade de saber do outro. Sua função era divulgar as notícias de todos os movimentos e as informações de interesse comum. Esses boletins configuram um material primário, sendo utilizado nesta pesquisa por trazer contributos relevantes, uma vez que apresentam os métodos adotados, a história e as opções ideológicas dos movimentos.

O boletim número 2, ao tratar da Ação Católica Especializada, relata o apostolado dos leigos como um dos campos de trabalho da instituição que deveria ser mais valorizado e acrescenta que a ACE se dá “concedendo-se um crédito de confiança à eficácia apostólica dos leigos” (ACB, 1960, p. 15). Assim, um elemento é acrescentado na atuação do leigo: a confiança.

Embora a atuação seja tutelada, o clero já “confia” nesse leigo, ou seja, considera a sua forma de atuação legítima, ainda que dentro dos rígidos parâmetros estabelecidos pela hierarquia. Tal processo não descaracteriza as “amarras” de que se tratou anteriormente, mas deve-se considerar o ganho que um trabalho mais centrado na confiança representaria na atuação do leigo, uma vez que este deixa de ser considerado como “mero auxiliar”.

Um aspecto importante de ser observado é que a ampliação do espaço de atuação do leigo era acompanhada pelo clero. Um exemplo disso era a presença do “assistente nos movimentos de Ação Católica, além dos militantes. Este era um membro da hierarquia, na maioria das vezes um padre que tinha por função “acompanhar” o trabalho desenvolvido pelos leigos. Assim, a figura de um representante oficial da instituição, com autoridade para realizar intervenções, era constante no movimento.

Tratando da “reunião de militantes” (reunião dos membros da ACE), no boletim número 2, o “assistente” é apresentado como um colaborador em momentos específicos, geralmente relacionados à espiritualidade.

Em geral semanal, é a reunião da equipe de militantes. É o ponto de partida para influência e ação no meio. Cada militante traz as observações feitas no seu meio de vida, através do inquérito, suas experiências e dificuldades na ação e, com ajuda mútua, descobre uma resposta cristã, uma orientação que ele e a equipe atuem eficazmente no seu meio. É o método ver-julgar-agir que orienta a reunião. A parte de formação religiosa doutrinária consta de discussão e meditação em comum de um assunto religioso. Aí vemos a presença do assistente. (ACB, 1960, p. 18).

Percebe-se neste parágrafo que a presença do assistente está vinculada a uma função específica na “reunião de militantes” e tem por finalidade a formação religiosa doutrinária. Todo o processo construído a partir da realidade é exposto como reflexão dos próprios militantes. O assistente é mencionado somente no fim do parágrafo, indicando que este deveria operar determinadas funções e que a centralidade deveria estar no grupo de militantes e não no representante da hierarquia.

É possível identificar que, se na primeira fase destaca-se a preocupação da Igreja, voltada para a formação doutrinária, com o processo de especialização da AC vai ganhando destaque as atuações diretas na sociedade. Neste novo contexto os leigos passam a serem vistos como auxiliares, numa relação com a hierarquia que tenderia à reciprocidade e à confiança.

Algumas manifestações das lideranças dos movimentos especializados explicitam essa nova concepção dada aos leigos, especialmente aos jovens, na ACE. Exemplo disso é a concepção de que essas organizações eram dos jovens e para os jovens, reiterando uma atuação mais livre dos integrantes da ACE, conforme demonstram os seguintes exemplos retirados dos boletins.

A Juventude Estudantil Católica, se concebia enquanto movimento e estabelecia limites para a intervenção dos adultos em suas ações. Uma de suas manifestações nos boletins dizia o seguinte:

Um adequado apoio dos adultos que são chamados a dar sua contribuição junto ao movimento (em jecf adjuntas e conselheiras; para todos assistentes). Sendo um movimento de adolescentes e educandos, a presença de adultos e

educadores é necessária, mas de modo bem orientado, salvando ser o movimento de estudantes para estudantes. (ACB, 1960, p. 34).

Tal afirmação, num primeiro momento, destaca a importância da presença dos adultos para acompanhar o movimento, visto que este era composto predominantemente por adolescentes. No entanto, em seguida ressalva ser um movimento de estudantes e para estudantes, estabelecendo limites para a atuação dos adultos.

A defesa da autonomia do jovem frente às decisões a serem tomadas, sem a ingerência por parte dos adultos nos processos vivenciados pela JEC, remete a forma como o movimento se autoconcebia, enquanto movimento dos jovens e para os jovens. Os jovens seriam os personagens principais. Quem coordenaria, conduziria e organizaria o movimento seriam aqueles que dele faziam parte, deles deveria ser o protagonismo.

Tal perspectiva remete diretamente a defesa de uma ação mais autônoma por parte do jovem em relação à hierarquia, demonstrando um desejo por maior liberdade de atuação do leigo jovem.

Esta mesma perspectiva é apresentada em relação à Juventude Operária Católica, destacada como “um movimento de jovens trabalhadores, dirigido por eles, entre eles e para eles” (ACB, 1960, p. 37). Um movimento que deveria ser coordenado pelos jovens operários, com o fim de atender as demandas e os interesses dos próprios militantes. Essa colocação está insistentemente presente nos movimentos especializados, demonstrando o desejo de não ingerência e não intervenção nas ações realizadas e nos processos vivenciados.

Dessa forma, a Ação Católica Especializada valoriza o protagonismo dos leigos, sendo um movimento estruturado, coordenado e organizado pelos próprios jovens. O que se percebe é a manifestação de movimentos formados preponderantemente por jovens leigos no sentido de refutar intervencionismo em suas ações. Organizações inseridas numa estrutura centralizadora, como é o caso da Igreja Católica, almejavam a liberdade para agir com autonomia perante a hierarquia a que estavam submetidos.

Assim, é inegável o aumento da atuação do leigo na Igreja no período que vai da primeira até o fim da segunda etapa da AC. Os leigos ganham responsabilidades e espaço para fazer coisas que até então estavam mais centradas nos padres e bispos. Entretanto, os mecanismos de contensão por parte da hierarquia, também eram seguidamente acionados, sendo, inclusive, a própria extinção dos movimentos um dos sinais deste refrear da atuação leiga.

A autonomia do leigo é algo que vai sendo construído na Igreja neste período e que, entre idas e vindas, avanços e retrocessos, tem neste momento um ganho considerável. Independente da forma como tenha sido construído, o processo de autonomização dos leigos perante a estrutura eclesial se deu. Mesmo em termos relativos e com a dependência do aval dos membros da hierarquia, de forma objetiva ao longo da atuação da Ação Católica houveram avanços no sentido de uma atuação do leigo menos tutelada pelo clero.

A PEDAGOGIA DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Ao longo de sua existência, a Ação Católica Brasileira adotou alguns métodos de formação bastante peculiares, que davam a base para o trabalho por ela desenvolvido. Era a partir dos processos de formação vivenciados na ACB que o contingente de leigos, que formava a sua base, era capacitado para atuar na sociedade. As formas de trabalho utilizadas na ACE, bem como os instrumentos formativos de que lançou mão, caracterizam os principais elementos construtores da autonomia de seus membros.

Como já foi destacado anteriormente, no primeiro momento da ACB, de 1935 a 1950, a formação baseava-se predominantemente em capacitações a partir de palestras, cursos, retiros e de livros. Esta característica deu ao período um ar “academicista” com uma formação introspectiva e intelectualizada, sem grandes preocupações com a ação fora dos espaços tradicionalmente delimitados como “religiosos”.

Já na segunda etapa da ACB, a partir de 1950, percebe-se significativa alteração neste processo. A partir desse momento, a atuação dos leigos fora

dos contextos exclusivamente religiosos passa a ganhar ênfase. É a partir de então que serão cunhados os principais métodos de formação que deram à Ação Católica Especializada a característica de um movimento de intervenção dos leigos na sociedade.

Merece destaque que a metodologia adotada pela ACE, proporcionou a capacitação do leigo para ação em seu meio (escola, universidade, meio rural ou urbano, fábrica), mas, gerou nos movimentos maior distanciamento da hierarquia institucional. Dessa forma, serão apresentadas neste tópico, algumas opções metodológicas adotadas pela AC que contribuíram para o ganho de autonomia de seus membros, mas que também geraram conflitos com a hierarquia.

Os métodos de que trataremos nesse tópico são: a formação na ação, que articula intelectualidade e atividade prática; os pequenos grupos; as assembleias; e o método ver-julgar-agir, do qual trataremos de forma pormenorizada, com uma reflexão mais profunda, dada a importância que adquiriu e a influência que teve sobre movimentos posteriores à AC, internos e externos à Igreja Católica.

Entre os métodos de formação, o principal e mais presente nos movimentos de Ação Católica Especializada foi o ver-julgar-agir. A esses três elementos corresponde “(1) o aprendizado da realidade histórica em que se vive, (2) a reflexão crítica sobre essa mesma realidade e (3) a ação sobre ela” (Dullo, 2014, p. 56).

A primeira atitude proposta pelo método, o “ver”, consiste em um inquérito a respeito do meio no qual o jovem está inserido, na “descoberta” da sua realidade, descortinando aspectos e tendo percepções que eram, até então, naturalizadas.

- Pelo inquérito aprende-se a ver os fatos não só em suas aparências, mas a descer às causas que os determinam;
- O contato com a realidade desperta e desenvolve o espírito missionário, gera a inquietude cristã;
- O inquérito leva os próprios militantes a uma revisão de suas posições pessoais. (ACB, 1960, p. 17).

Na concepção da ACE, ao olhar para a sua realidade, o jovem já começava o seu processo formativo, destacando este “ver” como um mergulhar na

realidade, desvendando aspectos que necessitavam de problematização, não sendo evidentes, a priori, pelo observador. Ao mesmo tempo, esta atitude tenderia a desenvolver no jovem a inquietude, a preocupação com o que observou, saindo da posição de indiferença perante diversas situações, que, por fazerem parte do seu dia a dia, eram até então imperceptíveis a sua sensibilidade. Por fim, estas percepções devem levar a uma revisão de vida e de atitudes do próprio observador, pois ele perceberia que é parte da realidade observada, conseqüentemente seria fruto e também gerador deste contexto.

A segunda atitude, “julgar”, consiste na comparação da realidade observada com a almejada, destacando as ações que devem ser tomadas para atingir os objetivos pretendidos.

O julgar é a comparação da realidade com a verdade, da situação real, com a situação ideal, para desta comparação surgir, um juízo justo e uma conclusão prática de caridade fraterna.

Inspirado pela virtude da prudência, leva a mais acurada escolha dos meios de ação a empregar. O julgar vai dar ao militante um hábito de um julgamento objetivo dos fatos orientado por princípios cristãos. (ACB, 1960, p. 17).

Assim, esta etapa deve estar amparada em princípios cristãos que orientam a noção de “situação ideal”, ou seja, a realidade pretendida e almejada pelo jovem, ou pelo grupo que utiliza o método. Do ato de julgar deve surgir algum tipo de ação proposta, não bastando o processo teórico de reflexão a respeito da realidade. Este ato deve levar a propostas que gerem ações práticas. O fim, portanto, encontra-se na ação-intervenção na realidade previamente observada e julgada, segundo os termos do movimento. Merece ainda destaque que o “julgar” constitui, junto com o “ver”, o “polo reflexivo” da formação a partir da utilização do método “ver-julgar-agir”.

Já o “agir” configura o polo essencialmente “prático” do processo. É o momento do fazer, colocar em prática o que foi observado e refletido nas etapas anteriores. Após o confronto do mundo ideal com o real, seria

o momento de praticar, de realizar a transformação do meio, ajustar as “imperfeições” que teriam sido observadas.

Este polo prático que configura o “agir” remete ao polo teórico, pois, de acordo com a ACE, a intervenção no meio suscita no indivíduo o interesse pela busca de maior formação doutrinária e social. Este processo é o que os movimentos especializados denominavam “formação na ação”, onde a prática é formativa por ter sido precedida pela reflexão e por gerar novos questionamentos e inquietações, ao passo que a reflexão também deve ter como fim a prática, a intervenção no meio em que o jovem está inserido (ACB, 1960, p. 17).

A “formação na ação” pode ser considerada um importante dispositivo utilizado pelos movimentos especializados para trilhar um caminho em que a “ação” não partia essencialmente da doutrina, dos ensinamentos propagados pela instituição, mas das situações observadas pelo leigo em seu próprio meio. A formação, em grande parte, se dava a partir da crítica sobre a realidade e não da doutrina institucional.

É nesse sentido que Suely Aparecida Martins propõe que a utilização do método “ver-julgar-agir” proporcionou uma espécie de deslocamento dos caminhos seguidos pelos movimentos de Ação Católica daqueles pensados pela Instituição (Martins, 2000). O método de formação proposto (e sustentado pela própria hierarquia) teria, assim, gerado uma forma de agir e pensar por parte dos leigos que, com o passar do tempo, fugiu do controle da instituição. Em sua análise, Martins destaca como exemplo deste processo, a utilização do método “ver-julgar-agir” pela Juventude Universitária Católica. De acordo com a autora, ele proporcionou a este grupo sua aproximação com concepções marxistas na década de 1960, criando conflitos com determinados setores da hierarquia da Igreja.

Havia, além do método ver-julgar-agir, um conjunto mais amplo de opções metodológicas adotadas pela ACE, chamadas “instrumentos de ação” que também colaboraram no ganho de autonomia dos leigos.

Os militantes tinham momentos de encontro, troca, partilha, reflexão e oração. Estes momentos eram denominados “reuniões de militantes”, um

espaço de formação para quem participava da ACE em que era utilizado o método “ver-julgar-agir”.

Pode-se dizer que estas reuniões configuravam, a partir da metodologia utilizada, um espaço onde as experiências vivenciadas pelos jovens assumiam lugar de destaque, pois eram reuniões dos jovens, entre os jovens e para os jovens. As reflexões e a formação se davam a partir da realidade vivenciada pelos participantes e as ações configuravam a intervenção praticada no meio.

Além das “reuniões de militantes”, outra opção metodológica adotada pela ACE eram as assembleias. Elas se caracterizavam como encontros que tinham por objetivo reunir os demais indivíduos que faziam parte do meio, num espectro mais amplo do que a “equipe de militantes”. Proporcionando momentos de recreação e de formação, eram realizados debates de temas pertinentes ao meio, planejamento de ações coletivas, brincadeiras e jogos (ACB, 1960).

Quando trata das assembleias como instrumento de ação na ACE, o boletim número 2 destaca que elas favoreciam “a penetração e a formação, desenvolvendo o senso de responsabilidade e o espírito de iniciativa e fazendo com que os militantes confiem em suas responsabilidades” (ACB, 1960, p. 19). Estes encontros podem ser entendidos como momentos de formação que visavam o aumento do comprometimento e a tomada de atitude por parte dos militantes em relação ao meio, pois reuniam um número maior de pessoas do que os encontros dos grupos de militantes, o que “forçava” uma abertura destes para a realidade mais ampla e os problemas do meio.

Notamos, portanto, que os métodos utilizados pela Ação Católica para a formação dos participantes incentivavam a chamada “intervenção na realidade”, ou seja, a realização de ações na realidade social em que estavam inseridos.

Essa formação e o incentivo para a ação contribui de forma significativa para o ganho de autonomia dos membros da ACE em relação à hierarquia da Igreja. A referência formativa deixa de ser exclusivamente o magistério, a tradição e a doutrina católica passando a adquirir relevância elementos externos, muitas vezes, alheios à Igreja.

OS RESULTADOS DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DO LEIGO

Dentre os movimentos de Ação Católica, a JUC, talvez tenha sido o que mais longe foi no processo de autonomização dos seus membros em relação à estrutura institucional da Igreja. A sua aproximação com a União Nacional dos Estudantes e com grupos políticos ideologicamente de esquerda, foi fator importante para as tensões de seus militantes com os membros da hierarquia.

É neste contexto que, por iniciativa de membros da JUC, formou-se em 1963 a Ação Popular (AP) (Martins, 2000). De acordo com Martins, a AP, embora iniciada a partir do movimento dos universitários católicos, não possuía vínculo confessional, tendo como princípio ser um movimento político independente da Igreja e com liberdade de ação na sociedade.

De acordo com Marcelo Ridenti (2002), embora a AP tenha sido gestada, principalmente, a partir da JUC, recebeu influências de outros movimentos religiosos católicos, ou não, vinculados a Igreja Luterana, por exemplo, e ainda de militantes de esquerda sem vínculo religioso. As proximidades dos universitários da JUC e de estudantes marxistas é anterior à formação da AP, tendo sido a aproximação com universitários marxistas determinante das tensões com a hierarquia católica, que culminaram na formação da AP. (Dullo, 2014). Ela possui um “estatuto ideológico” que defendia “o socialismo democrático e a revolução brasileira” (Ridenti, 2002, p. 231). Como uma organização ideologicamente situada à esquerda, a AP inspirou-se num primeiro momento nos feitos da revolução cubana e, posteriormente, do final da década de 1960 em diante no “marxismo-leninismo-maoista”.

É importante destacar que durante o primeiro congresso da AP, em que o seu estatuto foi aprovado, o movimento desvinculou-se formalmente de qualquer vínculo confessional, porém, como destaca Ridenti (2002), vincos significativos da Ação Católica permaneceram. O seu “documento base”, por exemplo, previa a articulação de três momentos elementares: “visão, opção e ação”, que correspondem de forma direta ao “ver-julgar-agir”.

A criação da AP não representou para a JUC um abandono de seu compromisso político, mas houve sim sua intensificação. Naquele momento, além de ter estudantes católicos militantes no MEB (Movimento de Educação de Base), no CPC (Centros Populares de Cultura), na Frente Nacionalista, também contava com militantes na AP. Nota-se que a criação da AP não cessou os conflitos com o clero (Martins, 2000, p. 17).

Assim demonstra-se o grau de atuação política atingido pelos militantes da JUC e o quanto isto foi fator preponderante para a sua autonomização em relação à estrutura institucional católica, ao ponto de ser estabelecida uma organização paralela. Nesse contexto, a AP pode ser entendida como o “brado” de independência dos militantes da JUC que, em função do grau de autonomia que haviam conquistado para a sua ação, não eram mais compatíveis com a tutela institucional.

Outra influência da Ação Católica, e, mais especificamente do método ver-julgar-agir, que extravasou as fronteiras da Igreja Católica foi a proposta pedagógica desenvolvida por Paulo Freire. Segundo Eduardo Dullo (2014), o método ver-julgar-agir influenciou a proposta pedagógica desenvolvida por Paulo Freire. O educador tinha uma formação no catolicismo, e, ao longo de sua vida, nunca deixou de professar a fé católica. Conhecia a Ação Católica e o método “ver-julgar-agir”, que teria contribuído para a formulação de sua prática pedagógica, que propunha a substituição da percepção “fatalista” da realidade por uma postura reflexiva e crítica. De acordo com Dullo (2014), a proposta pedagógica de Paulo Freire pode ser lida à luz da tríade que fundamentou a Ação Católica: ver, julgar, agir (Dullo, 2014, p. 56). A utilização dos três procedimentos inspirados pelo método da ACE possibilitaria a construção de uma nova leitura crítica e reflexiva da realidade e o reposicionamento do sujeito na sociedade.

Ao final das três etapas do método ocorreria um processo de transformação, de passagem da “... consciência ingênua para crítica” (Dullo, 2014, p. 56), similar a um processo de “renascimento”, uma “páscoa” vivida pelo indivíduo. Este seria o grande objetivo da proposta de educação transformadora de Paulo Freire.

É possível concluir que os processos vivenciados nas relações estabelecidas com o clero e a pedagogia adotada pela AC, constituíram os elementos essenciais para a atuação dos membros do movimento de maneira mais livre à Igreja Católica, contribuindo para o seu ganho de autonomia frente à instituição.

É necessário considerar que o ganho de autonomia do leigo a respeito do seu papel na Igreja e na sociedade, foi algo que se estabeleceu à revelia das orientações institucionais, pois estas se davam sempre no sentido de garantir o controle da Igreja frente à ação do leigo. Tal circunstância foi fator preponderante para a posterior extinção dos movimentos de ACE.

A partir dos processos construídos nas relações com o clero, houve um ganho de importância na presença do leigo na Igreja, mas sempre a partir de negociações internas com a hierarquia e a partir da permissão por parte dela. Com o passar dos anos, o leigo ganha um lugar de maior relevância, mas sempre com a outorga institucional. Quando esta negociação não é bem conduzida e desagrada o clero, a resposta se dá nos termos em que foi recebida pela ACE, na forma de extinção do movimento.

Conclui-se, dessa forma, que o ganho de autonomia do leigo com a Ação Católica atrela o movimento a uma das principais características da modernidade religiosa, a ampliação da liberdade do indivíduo em relação à instituição e à tradição. Esta característica da modernidade, destacada por Danièle Hervieu-Léger, pode ser observada na Ação Católica quando observados os processos, bem como os conflitos que se deram ao longo da sua existência em território brasileiro.

Nessa perspectiva aproximam-se, também, da AC as conclusões de Candido Procópio Ferreira de Camargo sobre a modernidade religiosa, pois a postura dos membros dos movimentos distanciou-se da noção de uma adesão “tradicional” ao catolicismo em troca da manutenção consciente do vínculo com a instituição.

Cabe ressaltar que a AC não era um movimento monolítico e que provavelmente a vivência religiosa e a adesão tradicional se mesclassem, em muitos casos, na atuação dos membros do movimento. No entanto, esta

não configura uma análise que nos propomos a fazer neste artigo, ficando apenas ressalvada a compreensão da complexidade do processo.

O que merece destaque, por hora, é a compreensão da Ação Católica como um movimento que se insere num contexto sociocultural mais amplo que é denominado de modernidade. Processo este que a Igreja Católica tentou dar respostas insuflando a ação dos seus membros, mas que culminou em algo que, em certos momentos, fugiu ao controle institucional dado o grau de autonomização construído com o leigo.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. *Boletim da Ação Católica Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1-2, 1960.

BENEDETTI, Luiz. *Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico*. São Paulo: Humanitas publicações; FFLCH; USP-CER, 2000.

_____. A Ação Católica e o novo lugar da Igreja na sociedade. *Ordo Socialis*, Köln, 2012. Disponível em: <<http://ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Acao%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2015.

DICK, Hilário. *O caminho se faz: história da pastoral da juventude do Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

DUARTE, Luiz. Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação. In: HEILBORN, Maria; DUARTE, Luiz; BARROS, Myriam; PEIXOTO, Clarice. (Org.). *Família e Religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

DULLO, Eduardo. Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- LIBÂNIO, João. *O mundo dos jovens: reflexões teológico-pastorais sobre os movimentos de juventude da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1978.
- MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-68.
- MARTINS, Aparecida. *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. 2000. 146 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- PIERUCCI, Antônio; PRANDI, Reginaldo. *A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. v. 5. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 213-282.
- RUFINO, Marcos. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo católico heterodoxo*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SOFIATI, Flávio. *Juventude católica: o novo discurso da Teologia da Libertação*. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.
- SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 14, n. 55, p. 39-59, abr./jun.2006.

Recebido em: 01/03/2018

Aprovado em: 12/08/2018